

O PAPEL DA MEDIAÇÃO DOS JORNALISTAS NA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

(O PAPEL DOS JORNALISTAS DIANTE DA TENDÊNCIA DE
PARTIDARIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA)

Daniel Herz *

Qual é a capacidade efetiva dos jornalistas exercer em alguma mediação no processo de integração da América Latina? Em que consiste a mediação exercida pelos jornalistas? Quais são os limites e possibilidades dessa mediação?

Essas são algumas perguntas que podem orientar a investigação do papel dos jornalistas como agentes profissionais que atuam nos modernos meios de comunicação de massa. É óbvia, mas necessária, a constatação inicial de que a mediação exercida pelos jornalistas ampara-se em mais ou menos complexos meios de produção que constroem substrato para uma organicidade estruturadora de relações sociais.

Os meios de comunicação de massa são, por excelência, produtores e organizadores de relações sociais. É nesse processo de produção que o jornalista intervém, vivendo determinações de possibilidade e limites que geram uma tensão entre o papel social dos Jornalistas e as finalidades sociais atribuídas aos meios.

Os modernos meios de comunicação de massas, com as imensas possibilidades tecnológicas que foram e estão continuamente sendo abertas, ampliam de forma avassaladora sua capacidade de produção e organização das relações sociais.

A potencialidade tecnológica dos modernos meios estão transformando esses meios - nos países capitalistas - em agentes de funções que são, no limite, tipicamente partidárias.

Alguns desses meios, e aí está o exemplo da Rede Globo inventando a candidatura Collor de Mello, podem passar a cumprir, com relativa autonomia, funções que são próprias do partido político moderno - o partido como príncipe moderno, no sentido gramsciano da expressão - o partido como carro chefe da nação, como sujeito político dirigente, que orienta as condições objetivas e constitui as bases para as condições subjetivas, determinando a cultura, os costumes, enfim, exercendo a hegemonia.

Essa atuação dos meios de comunicação de massa, exercendo funções políticas particulares, como sujeito político que disputa a hegemonia, não é percebida em todas as suas conseqüências pelos jornalistas.

Muitos jornalistas, com uma natural espontaneidade, tendem a se comportar como se fossem atores que não leram o "script" e sequer sabem que estão no palco. E afirmando a individualidade, na busca de espaço político, comportam-se como militantes que acabam legitimando a tendência de partidarização dos meios em que atuam.

Essa postura se traduz, concretamente, nas propostas de estabelecimento dos Conselhos de Redação, que questionam a legitimidade de indivíduos serem donos privados de veículos de comunicação, mas não respondem sobre a legitimidade política dos jornalistas serem os "controladores" de fato dos veículos, através desse tipo de Conselho.

A verdade precisa ser dita. Os jornalistas tem tanta legitimidade para exercer o controle dos meios de comunicação quanto qualquer capitalista. Não é o fato de serem assalariados que lhes confere uma luminosidade especial ou um mandato.

Essa é uma questão delicada, que necessita uma reflexão muito sóbria. A verdade é que "todo poder aos jornalistas" não democratiza a comunicação.

É preciso enfrentar essa tendência que, apaixonadamente, os jornalistas têm de se autolegitimarem como sujeito exclusivo do processo da moderna comunicação de massa. A sensação de onipotência que ampara essa posição vem, em larga medida, do compartilhamento - que é circunstancial e restrito - de um poder que na verdade é dos veículos e de seus donos. E que deveria ser da sociedade. Os jornalistas não podem se deixar seduzir pelas migalhas restantes do exercício desse poder dos veículos que, na verdade, deveriam ser submetidos a um rigoroso controle social.

Rigoroso controle social, ressalte-se bem, não significa censura. Significa, isto sim, que o exercício do poder político inerente aos meios de comunicação de massa deve ser equilibrado, deve ser regulado de modo a traduzir - de alguma maneira - a totalidades das vozes existentes na sociedade.

Admitir o predomínio restritivo de determinados setores, sejam quais forem, é admitir a brutalidade da desinformação, é admitir o autoritarismo, que pode esconder as tensões políticas e sociais, mas

que não são capazes de eliminar os conflitos e as contradições que, cedo ou tarde, afloram e vem à tona.

Talvez alguns tenham estranhado o fato desta análise não se referir centralmente à opressão do setor privado-comercial, do setor capitalista privado-comercial que controla majoritariamente a comunicação de massa na América Latina. A não referência foi proposital e procura destacar que o autoritarismo privado-comercial que nos massacra não é, essencialmente, diferente do autoritarismo que se verifica nas sociedades pós-revolucionárias que tão habilmente apagam personagens de fotos e diariamente expedem atestados ideológicos para a publicação de matérias jornalísticas ou livros.

Nas chamadas sociedades pós-revolucionárias, os fins nobres acabam justificando meios desumanos e brutais, como temos visto, numa sucessão de tragédias, que vão desde o episódio de Kronstad até o recente massacre da Praça da Paz Celestial, com marinheiros e estudantes que tombaram cantando a Internacional, "abatidos como perdizes". Será possível imaginar tragédia maior?

As distorções geradas pelos monopólios privado-comerciais ou pelo estatismo que simplesmente suprime - e não absorve e metaboliza - as dissidências e divergências, têm uma mesma raiz, que é a restrição ao espaço da política.

Esse espaço que, na América Latina, é o espaço em que se impõe a vontade dos donos privado-comerciais dos veículos, esses "senhores do universo" que são onipotentes nas determinações políticas de atuação de seus veículos.

Tanto o monopólio privado, como o estatal, impedem a manifestação do desenvolvimento e a realização plena da sociedade como totalidade concreta, e que é irreduzível a qualquer uma de suas partes, como universalidade viva, plena de conteúdo e diversidade. Só através do pluralismo e da existência real do pluralismo é que é possível radicalizar a democracia e criar um estatuto real de cidadania e tornar substantiva a idéia de nação.

É necessário que os jornalistas discutam sua inserção nesse contexto. É necessário que nós jornalistas revisemos nossa atuação, que tende a ser tratada na sua dimensão predominantemente corporativa. Nós jornalistas não podemos nos reduzir a meros militantes a serviço, ainda que inconscientemente, dos meios de comunicação de massa.

Por vezes, pretendendo burlar a finalidade política dos meios, atuamos de forma a orientar os fatos, isto é, falando mais claramente, de forma manipulatória, exercendo equivocadamente um papel político de uma forma para a qual não temos investidura nem legitimidade. Na verdade, voltando nossa atuação profissional para a criação artificial de fatos políticos, acabamos legitimando a atuação tendencialmente partidária dos meios.

Uma abordagem arrogante ou provocativa de um político de direita, por um jornalista de esquerda, que resulta na publicação de uma matéria constrangedora, na verdade não é muito diferente da abordagem preconceituosa e depreciativa com que os veículos privado-comerciais normalmente se referem às expressões do movimento social e revolucionário.

Os jornalistas não podem exceder suas funções profissionais. Observar os limites de sua atuação como produtor de informação e conhecimento é uma necessidade profissional e ética. Essa postulação parte da premissa de que o jornalismo é uma forma de conhecimento que complementa as formas científicas e artísticas, na expressão do professor Adelmo Genro Filho. Ressaltar esse espaço próprio e essa dimensão específica do "fazer jornalístico" não significa reivindicar jornalistas despolitizados.

Ao contrário, ter posição e partido político é uma necessidade, já que não existe democracia e cidadania plena sem partidos políticos e pluralismo.

[Os jornalistas - no exercício profissional do jornalismo - não podem lançar mão de mediações indevidas para fazer trânsito de posições da esfera singular para a esfera pública. Essa mediação, do individual para o pública, é a mediação constituída pelos partidos políticos. Substituí-la, trabalhar pela idéia de partidarização dos meios que, nesse contexto de autoritarismo dos monopólios, é trabalhar contra a democracia e contra a cidadania.]

Mas além de serem revolucionários, se o forem, os jornalistas tem que ser bons profissionais. Porque essa atuação profissional - criteriosa, sem preconceitos e comprometida com o desvendamento da realidade - é uma necessidade social que só o jornalista pode atender produzindo o conhecimento jornalístico.

Se os jornalistas forem revolucionários, tanto melhor, isso pode enriquecer a consciência sobre a dimensão humana do seu papel social.

A afirmação da particularidade do posicionamento político do jornalista se dá por meio da forma pela qual ele se aproxima dessa potência que usualmente denominamos verdade. Não existe uma verdade nas coisas. As coisas são surdas e mudas. O fenômeno humano, a nossa apropriação do real é que constrói a verdade, que nunca esgota o conhecimento sobre o objeto, e portanto é sempre limitado, nunca absoluto.

Essa construção do real está informada por uma concepção mais ou menos difusa de mundo, por valores, por uma ideologia, que constituem uma série de premissas lógicas que podem coonstruir e transformar a verdade do revolucionário em uma verdade diferente das verdades da mercadoria e da verdade das "razões de Estado".

O jornalista torna-se um revolucionário quando consegue revelar a universalidade que há nos fatos singulares e não a particularidade das suas posições políticas.

Em síntese, há algo que deve unir o jornalista que trabalha no Estado de São Paulo e num jornal diário da Central única dos Trabalhadores (CUT) - que aliás já deveria ter um jornal diário - o que une um e outro deve ser uma forma criteriosa de investigar a realidade e, também, a consciência de que qualquer distorção produzida à forma da realidade ser registrada. Tanto no Estadão, como no Jornal da CUT, será igualmente danosa à construção da consciência das massas. Se a

greve foi um fracasso, há lições importantes para serem aprendidas, e esconder isso não é só esconder o presente, é esconder também o futuro.

Quando se entrevista o candidato a presidente, defendido pelos latifundiários, Ronaldo Caiado, da União Democrática Ruralista (UDR), e se pergunta "o senhor é um assassino" ou "o senhor se considera responsável pelos assassinatos praticados pelos fazendeiros da UDR?", pode deixar o panfletário jornalista se sentindo um "Robin Hood" da informação, mas provavelmente não vai ser gerar uma matéria tão esclarecedora quanto a de outro jornalista que, com sobriedade, consiga registrar a verdadeira natureza do projeto da UDR. E assim realmente desmoralizar Caiado pelo que ele é, e não por aquilo que com facilidade possa atribuir-se a ele.

É esse critério e esse perfil da atuação que entendo serem necessários para que a mediação dos jornalistas possa contribuir para a integração da América Latina.

Em primeiro lugar, é necessário que os jornalistas se dispam da capa de onipotência e autolegitimação que geralmente atribuem à nossa profissão.

[Em segundo lugar, é necessário fazer as perguntas corretas, como por exemplo, quais são os projetos particulares de cada país que estão por trás das propostas de integração feitas tanto por Augusto Pinochet e por Fidel Castro.]

A integração da América Latina não será fruto de um destino pré-traçado por uma origem comum latina, nem por uma fatalidade ditada pela miséria que graça nos continente.

Só poderá se dar mediante um processo de construção, no âmbito de cada consciência nacional, de uma radical apropriação dos problemas que transcendem a particulatidade inerente a cada país que exigem uma crescente ação unificada e que estão explodindo no continente: dívida externa, a fome e a falta de alimentos, poluição e o narcotráfico, são alguns desses problemas.

[Também é necessário fazer perguntas óbvias. Quais são as bases para a integração latino-americana? O que é integração latino-americana? Quais são os pontos em que é possível estabelecer cooperação na América Latina?]

A produção de conhecimento jornalístico pode ajudar a contribuir para a integração latino-americana. Para isso, é necessário aproveitar o máximo das possibilidades que essa forma de conhecimento social que é o jornalismo, revele a realidade social. E, por outro lado, lutarmos para que a democratização se dê, não apenas com mais espaço para os jornalistas, mas com a abertura de espaço para veículos de comunicação que reflitam todos os setores da sociedade, mantendo uma luta sem tréguas contra os monopólios privados ou estatais.

Essa democratização da comunicação deve ser buscada especialmente no rádio e na televisão, que são veículos que se valem do espectro eletromagnético, esse recurso natural limitado, cujo uso é universalmente disciplinado pelo Estado.

A democratização do acesso ao controle do rádio e da televisão é a ponta de lança dessa luta.

É nesse contexto que, nós os jornalistas, devemos nos posicionar, não como os cavaleiros guardiões dos oprimidos, mas sim com a humildade de um agricultor, semeando fragmentos singulares de realidade que germinam, na consciência das massas, o vislumbre, não só de um futuro, mas também de um presente melhor.

Sem nos armarmos, para fraseando Neruda, dessa ardente e apaixonada humildade, não conseguiremos tirar da generalidade e dos mitos inconseqüentes, esse sonho e essa vontade política de integrar a América Latina.

* Jornalista, professor universitário e pesquisador. Palestra ministrada no 3º Painel do Seminário Latino-Americano de Jornalistas (FELAP-FENAJ), dia 9/9/89, tendo como tema A mediação dos jornalistas na integração latino-americana: propostas e perspectivas, realizado durante o XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação - INTERCOM 89, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, de 6 a 10/9/89.